

do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP); Membro do Conselho de Administração da Fundação Europeia para a Formação (ETF); Membro do Comité do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida (PALV); Representante nacional no grupo dos Directores-Gerais de Formação Profissional (DGVT); Representante nacional no Conselho Consultivo para a Formação Profissional (ACVT); Representante nacional na rede para a Garantia de Qualidade Europeia na Educação Vocacional e Formação Profissional (EQAVET); Representante nacional na rede do Sistema Europeu de Créditos para a Educação Vocacional e Formação Profissional (ECVET).

Dr. Luís Bruno Dimas Fernandes, nascido a 8 de Outubro de 1966. Mestrado em Matemática Aplicada à Economia e à Gestão, ramo de Estatística e Econometria, no Instituto Superior de Economia e Gestão (1994). Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (1989).

Director-Adjunto do Gabinete de Planeamento e Políticas do MADRP, desde 1 de Dezembro de 2009. Observatório do QREN, secretário técnico da Unidade de Avaliação (de Julho de 2008 a Novembro de 2009). IFAP, I. P., Chefe de Área de Relações Comunitárias (de Junho de 2004 a Julho de 2008). Chefe de divisão de Planeamento e Políticas do GPPAA (1999-2004). Diversos trabalhos publicados na área da política agrícola.

Prof. Vítor Manuel Mendes Magriço, nasceu em Marinhais, em 4 de Agosto de 1962. Bacharelato em Economia, Universidade Técnica de Lisboa, 1986; Licenciatura em Economia, Universidade Técnica de Lisboa, 1988; Prémio Engenheiro António de Almeida; Mestrado em Economia Internacional, Universidade Técnica de Lisboa, 1992; Doutoramento em Economia, Universidade Técnica de Lisboa, 2001. É professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa; Foi membro do Centro de Estudos de Economia Europeia e Internacional, onde desempenhou funções de vice-presidente da direcção e de director executivo, do Centro de Investigações Regionais e Urbanas, tendo pertencido à comissão directiva, e é, actualmente, membro do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento;

É autor ou co-autor em cerca de 30 publicações e comunicações em revistas, livros e conferências científicas;

Dr. José Manuel Braga Madeira Seródio, nascido a 15 de Março de 1960, residente em Lisboa. Licenciado em Direito, ramo de Ciências Jurídico-Económicas, pela Faculdade de Direito de Lisboa, em Outubro de 1985, com pós-graduação em Legística e Ciência da Legislação, pela Faculdade de Direito de Lisboa, em Julho de 2004. Diversos cursos, nomeadamente nas áreas do Direito Administrativo, do Direito Comunitário e de Gestão. Adjunto do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública no XVI Governo Constitucional, adjunto e assessor do Gabinete do Ministro da Segurança Social e do Trabalho no XV Governo Constitucional. Chefe de divisão do Gabinete de Apoio Técnico do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P. (INR, I. P.), desde 2007 e do Gabinete de Apoio Jurídico do ex-SNRIPD entre 1998 e 2003. Coordenador do Núcleo para o Braille e Meios Complementares de Leitura desde Março de 2010; Associado do Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Presidente da mesa da Assembleia geral (1991 a 2007), presidente do conselho directivo (1991 a 1997) e do conselho consultivo (2000 a 2003) em organizações não-governamentais da área da deficiência e reabilitação. Vogal do conselho jurisdicional da Federação Portuguesa de Patinagem (2000 a 2004). Leccionou em cursos de pós-graduação e de formação profissional na área dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Colaborou na elaboração de diplomas na área da deficiência e da reabilitação a nível nacional e no âmbito do Programa de Cooperação Técnica entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade de Portugal e o Ministério do Emprego, Formação e Integração Social de Cabo Verde. Participou em reuniões de grupo de trabalho do Conselho da Europa e em reuniões do Work Fórum do HLG. Integrou o conselho editorial da revista Integrar e do programa «Consigo». Publicou trabalhos e artigos sobre os direitos das pessoas com deficiência, nas Edições da Universidade Lusófona, em 2011, na Coimbra Editora, na revista Cidade Solidária, na revista Integrar, na revista da Associação de Doentes com Lúpus e publicações do ex-SNRIPD e do INR, I. P. Efectuou diversas intervenções e comunicações, desde 1992, sobre a área dos direitos das pessoas com deficiência.

Dr.ª Elsa Maria Roncon Santos, nasceu a 10 de Março de 1951. Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, da Universidade Técnica de Lisboa; Curso de pós-graduação do Instituto Gulbenkian de Ciência.

Desde 16 Agosto 2011 — Directora-Geral do Tesouro e das Finanças; Desde Julho 2010 — Presidente dos Conselhos Fiscais da EMEF — Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., e da CPCarga — Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S. A.; Desde

Julho de 2008 — assessora do conselho de administração e, desde Novembro de 2009, Presidente da Comissão Ética da CP — Comboios de Portugal, E. P. E.; Desde Fevereiro de 2005 a Abril de 2008 — Presidente da Comissão Executiva da Fernave — Formação técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S. A.; Presidente do Conselho de Administração da Ecosaude, S. A.; Presidente do Conselho de Gerência da PACTOGEST, L.ª e Vogal da SESI, S. A., em representação da accionista FERNAVE; De Janeiro de 2003 a Fevereiro de 2005 — Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da FERNAVE, S. A.; Presidente do Conselho de Administração da Ecosaude, S. A.; Presidente do Conselho de Gerência da PACTOGEST; L.ª e Vogal da SESI, S. A., em representação da accionista FERNAVE; De Outubro de 2002 a Dezembro de 2002 — Assessora do Conselho de Administração da IPE, S. A.; De Julho de 2001 a Outubro de 2002 — Vogal do Conselho de Administração da REFER — Rede Ferroviária Nacional, E. P., com os pelouros financeiro, de aprovisionamentos e de auditoria; Presidente do Conselho de Administração da GIL — Gare Intermodal de Lisboa, S. A.; De Abril de 2000 a Julho de 2001 — Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento do XIV Governo Constitucional; De Dezembro de 1996 a Março de 2000 — Vogal do Conselho de Gerência da CP — Caminhos-de-Ferro Portugueses, E. P., com os pelouros financeiro, sistemas de informação e auditoria interna; Vogal do Conselho de Administração da EMEF, S. A., e Vogal do Conselho de Administração da CPCOM, S. A.; De Maio de 1996 a Dezembro de 1996 — representante do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território na comissão organizadora da Entidade Gestora das Infra-estruturas Ferroviárias; De Agosto de 1994 a Fevereiro de 1996 — Vogal do Conselho de Gerência do Metropolitano de Lisboa, E. P., com os pelouros financeiro, de aprovisionamentos e de planeamento; Vogal do Conselho de Administração do ASSER — ACE, e Presidente do Conselho Fiscal da Fernave, S. A.; De Dezembro de 1993 a Junho de 1994 — Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Finanças do XII Governo Constitucional; Vogal do Conselho Fiscal do MARL, S. A.; Vogal do Conselho Fiscal da SI — Sistemas de Informática, S. A. (Empresa do Grupo Caixa Geral de Depósitos); 1991-1993 — Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Comércio do XII Governo Constitucional; Presidente do Conselho Fiscal da Valmet até Setembro de 1993, data em que a accionista IPE, S. A., alienou a sua participação; 1989 — 1991 — IPE, S. A. — Técnica da Direcção de Investimentos e Desenvolvimento, competindo-lhe a negociação de projectos de investimento estrangeiro de natureza contratual; Presidente do Conselho Fiscal da Valmet Tractor, S. A. (em representação da IPE, S. A.), e Administradora executiva da SOSET — Sociedade de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, S. A.; 1988-1989 — Chefe do gabinete do Secretário de Estado da Indústria do XII Governo Constitucional; 1987-1988 — IPE, S. A. — Técnica de Direcção de Investimentos e Desenvolvimento, competindo-lhe a negociação de projectos de investimento estrangeiro de natureza contratual; 1978-1987 — Instituto de Investimento Estrangeiro onde desempenhou funções como técnica do Gabinete de Estudos e Planeamento e posteriormente Adjunta da Direcção do Departamento de Promoções; 1976-1978 — Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, com as funções de Secretário do Conselho.

Dr. Joaquim José de Oliveira Reis, nasceu em 16 de Março de 1958. Licenciado em Economia pelo ISEG (1983). Foi Director Financeiro e Administrador da Socifa Beta (1989-1991), Director e Chefe da Sala de Intermediação Financeira da Socifa Beta (1992/1993), Director-Geral da Central de Investimentos (1993/1998); Administrador da Central de Investimentos (1998/2003); Administrador da Lisbon Brokers-Espanha (2003/2005). Foi Presidente do Conselho de Administração da OTLIS (2005/2007), Administrador da Transtejo (2005/2006), Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa e da Ferconsult (2006), Presidente da Assembleia de Metros da UITP (União Internacional do Transporte Público) e Vice-Presidente da UITP (2006). É Presidente do Conselho de Administração da Parública (desde Maio de 2010) e Administrador não-executivo da AdP (desde Junho de 2010).

Foi designado Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, em representação da Parública, em 28 de Abril de 2011.

92012

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 741/2012

Nos termos do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 322/88, de 23 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 45/92, de 4 de

abril, designo o licenciado Carlos Alexandre de Sá Carneiro e Malheiro para realizar estudos, trabalhos e prestar conselho técnico no âmbito da respetiva especialidade, com estatuto remuneratório equiparado ao de assessor, acrescido das respetivas despesas de representação e dos subsídios de refeição, férias e Natal.

A presente nomeação produz efeitos no período compreendido entre 21 de junho e 30 de novembro de 2011.

10 de janeiro de 2012. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.
722012

Despacho n.º 742/2012

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 322/88, de 23 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 45/92, de 4 de abril, nomeio em comissão de serviço o licenciado Carlos Alexandre de Sá Carneiro e Malheiro para exercer o cargo de assessor do meu Gabinete.

2 — Fica o nomeado autorizado a beneficiar das exceções previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de maio.

A presente nomeação produz efeitos a 1 de dezembro de 2011.

9 de janeiro de 2012. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.
642012

Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude

Despacho n.º 743/2012

1 — Exonero o Adjunto do meu Gabinete licenciado João Manuel Cravina Bibe, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho.

2 — O presente despacho produz efeitos em 10 de Janeiro de 2012.

11 de Janeiro de 2012. — O Secretário de Estado do Desporto e Juventude, *Alexandre Miguel Cavaco Picanço Mestre*.
732012

Despacho n.º 744/2012

No momento em que o licenciado João Manuel Cravina Bibe, da categoria de inspetor da carreira especial de inspeção, do mapa de pessoal da Inspeção-Geral de Finanças, cessa, a seu pedido, funções de adjunto do meu Gabinete, torna-se imperioso reconhecer o trabalho que, em equipa, desenvolveu no seio do meu Gabinete e em conjugação com diversas entidades externas.

Sempre desempenhou as suas funções com total disponibilidade e lealdade, elevado sentido de responsabilidade, profissionalismo, zelo, competência e rigor, manifestando sempre um forte empenho na prossecução do interesse público.

Torna-se, pois, de toda a justiça manifestar-lhe o meu reconhecimento e prestar-lhe público louvor.

11 de Janeiro de 2012. — O Secretário de Estado do Desporto e Juventude, *Alexandre Miguel Cavaco Picanço Mestre*.
742012

Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P.

Anúncio n.º 1131/2012

Projeto de Decisão relativo à classificação como Monumento de Interesse Público (MIP) dos Vestígios da Judiaria do Porto (Hêkhal) na Rua de S. Miguel n.º 9 a 11, freguesia da Vitória, concelho e distrito do Porto.

1 — Nos termos do artigo 23.º e para os efeitos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, faço público que, com fundamento em parecer da Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura (SPAA — CNC), de 02/10/2008, é intenção do IGESPAR, I. P. propor a S. Ex.ª o membro do governo responsável pela área da cultura a classificação, como Monumento de Interesse Público (MIP), Vestígios da Judiaria do Porto (Hêkhal) na Rua de S. Miguel n.º 9 a 11, freguesia da Vitória, concelho e distrito do Porto, conforme planta de delimitação anexa, a qual faz parte integrante do presente Anúncio.

2 — Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, os elementos relevantes do processo estão disponíveis nas páginas eletrónicas dos seguintes organismos:

- a) Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), www.culturante.pt;
- b) IGESPAR, I. P., www.igespar.pt;
- c) Câmara Municipal do Porto, www.cm-porto.pt.

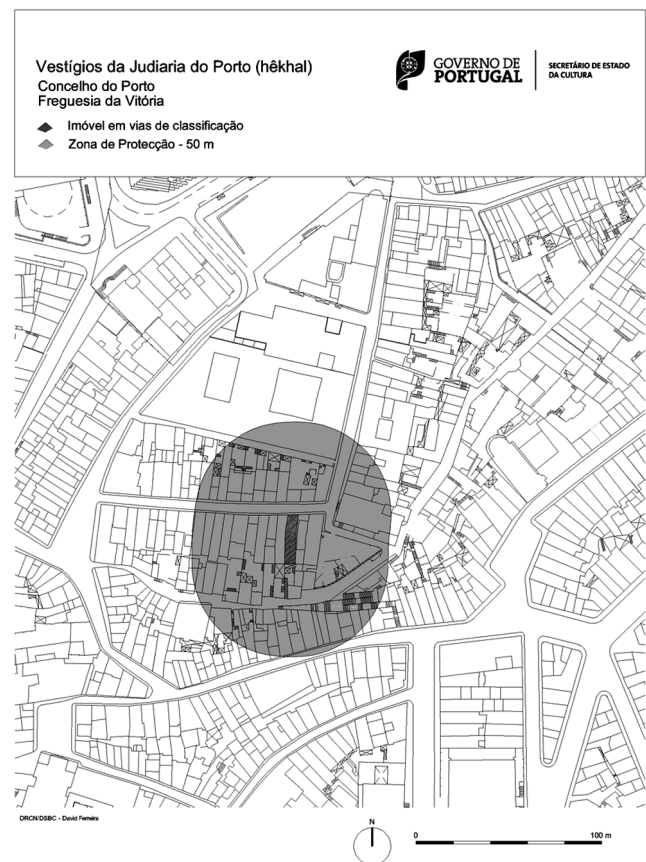
3 — O processo administrativo original está disponível para consulta na Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), Praça General Humberto Delgado, 4049-001 Porto.

4 — Nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, a consulta pública terá a duração de 30 dias úteis.

5 — Nos termos do artigo 28.º do mesmo decreto-lei, as observações dos interessados deverão ser apresentadas junto da DRCN, que se pronunciará num prazo de 15 dias úteis.

6 — Caso não sejam apresentadas quaisquer observações, a classificação será publicada no *Diário da República*, nos termos do artigo 32.º do diploma legal acima referido, data a partir da qual se tornará efetiva.

10 de janeiro de 2012. — O Diretor do IGESPAR, I. P., *Luis Filipe Coelho*.



205587319

Instituto Português da Juventude, I. P.

Despacho n.º 745/2012

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugados com o n.º 2 do artigo 73.º, o n.º 1 do artigo 75.º, e a alínea b) do n.º 1 do artigo 76.º, todos do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, em conjugação com o n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro, e do n.º 1 do artigo 1.º do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010 de 2 de março, e após homologação da Ata do Júri constituído para o efeito, torna-se público que o trabalhador, Vítor José Jerónimo da Cruz, concluiu, com sucesso, o período experimental na carreira e categoria de assistente técnico, com avaliação final de 16 valores, na sequência da celebração com este Instituto, de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

4 de janeiro de 2012. — A Presidente do IPJ, I. P., *Helena Maria Guimarães Sousa Alves*.

205592584